

CEMITÉRIO DO BATALHÃO DO JENIPAPO (CAMPO MAIOR-PI): PENSANDO NA TRADIÇÃO ANTES DA INTERVENÇÃO

ANNE KARENINNE SOUZA CASTELO BRANCO

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo retratar como o Cemitério do Batalhão é visto na sociedade Piauiense e principalmente para os que residem e nasceram em Campo Maior, pois se sabe a relevância que este Sítio Arqueológico possui e contribui para a cultura desta população. A questão a ser levada em consideração é a “tradição inventada” existente da maneira como este cemitério foi representado. Neste cemitério realmente existem pessoas enterradas, mas a maneira como foi feita nos remete a acreditar que cada cova representa um combatente enterrado, sendo esta afirmativa falsa, ocasionada pela necessidade de um maior reconhecimento, ocultado por políticos de gerações anteriores, a fim de preservar a imagem de uma Independência sem lutas e pacífica como ocorreu no sul e sudeste do país. A arqueologia está presente neste contexto não apenas por tratar-se de um sítio, mas principalmente para entender as representações ritualísticas, religiosas e simbólicas. E como proposta através de uma prospecção e futuramente uma escavação e com a ajuda da Arqueologia Forense tentar identificar os corpos ali existentes, preservando assim a ligação da população que acende velas e faz suas preces como forma de gratidão.

Palavras- Chave: Cemitério do Batalhão, Tradição, Arqueologia.

Abstract: The present work aims to portray how the Battalion Cemetery is seen in Piauiense society and especially for those who live and were born in Campo Maior, because the relevance of this Archaeological Site is known and contributes to the culture of this population. The question to be taken into account is the "invented tradition" existing in the way this cemetery was represented. In this graveyard there are actually buried people, but the way in which they were made, leads us to believe that each grave represents a buried combatant, this being a false statement, caused by the need for greater recognition, hidden by politicians of previous generations, in order to preserve the image of an Independence without struggles and peaceful as occurred in the south and southeast of the country. Archeology is present in this context not only because it is a site, but mainly to understand ritualistic, religious and symbolic representations. And as a proposal through prospecting and in future an excavation and with the help of Forensic Archeology try to identify the bodies there, thus preserving the connection of the population that lights candles and makes their prayers as a form of gratitude.

Keywords: Battalion Cemetery, Tradition, Archeology.

INTRODUÇÃO

[...] o que sobrevive não é conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, que pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa [...] (LE GOFF, 1994, p.535).

Em meados do século XVIII o mundo passou por um contexto de movimentos, independências e revoluções como, por exemplo, a Revolução Francesa, Independência do Haiti e a Independência dos EUA. Neste momento, o mundo ultrapassava as barreiras de uma velha ordem política e econômica. De um lado estavam às ideias iluministas, com seus argumentos de liberdade e por outro lado a Revolução Industrial, desenvolvendo a economia liberal capitalista. No Brasil este momento foi considerado como um dos períodos mais complicados no que diz respeito às finanças e a política (NEVES, 2006, p. 51).

Também influenciado pelas ideias dos iluministas, os Estados Unidos tornaram-se independentes no dia 4 de Julho de 1776. Na França, a Revolução Francesa de 1789 e seu lema de liberdade, fraternidade e igualdade, conseguiu rapidamente espalhar por toda a Europa, logo ascenderam pelo mundo mais movimentos libertários e contestadores. Tais movimentos prenunciavam a decadência do Antigo Regime.

Após a Revolução Francesa, a onda contrarrevolucionária se espalhou com as invasões de Napoleão Bonaparte por toda Europa. E diante da iminência de invasão a Portugal toda a família real veio residir no Brasil. Esta decisão foi essencial para o início da independência do Brasil.

Todos estes acontecimentos resultariam na emancipação política do Brasil. Com a vinda da Família Real não tardou para que o mesmo tornasse independente no dia 7 de Setembro de 1822, após a tão famosa frase dita por Dom Pedro I “Independência ou Morte”. E grandes revoltas tornaram-se frequentes por toda colônia, pois mesmo após o “acordo” de independência, ainda faltava muito para a consolidação de fato. Na província do Piauí um movimento, em especial, colaborou de forma categórica para a efetivação da liberdade da colônia portuguesa na América.

Durante o processo de Independência que não se deu apenas com o grito de D. Pedro I, aconteceu na Província do Piauí, na região de Campo Maior, às margens do Riacho Jenipapo, uma guerra sangrenta entre tropas portuguesas, sob o comando do Major João José da Cunha Fidié, contra pessoas simples como “[...] lavradores, vaqueiros,

tocadores, desempregados [...]” (FONSECA NETO, 2010, p.9), dentre outros brasileiros, em buscas de sua liberdade. Este episódio ficou conhecido como a Batalha do Jenipapo.

Após o combate ardente entre portugueses e brasileiros muitas pessoas em prol do que acreditavam. Para alguns estudiosos, como Chaves (2005, p. 88) “[...] só a loucura patriótica explica a cegueira desses homens [...]”, entretanto, diante do peso massacrante dos impostos, da economia escravocrata e da falta de perspectiva de vida, além da espoliação de terras dos indígenas, esses homens simples, muitos mestiços, lutaram em busca de seus benefícios, acreditando que a liberdade poderia melhorar suas condições de existência. Não eram apenas “buchas de canhões”, conforme se diz popularmente, apesar de, segundo afirmar Monsenhor Chaves, enfrentar as tropas de Fidié seria um caminho certo para morte.

Com o fim da luta foi necessário enterrar os heróis. E assim, próximo ao local onde ocorreu a batalha foram enterrados alguns dos combatentes. Hoje temos acesso a esse espaço, batizado como “Cemitério do Batalhão”. Neste local foi construído um monumento para eternizar tal acontecimento, onde parte dos pertences ali deixados pelos destroços da guerra, agora estão às mostras no museu.

Parte da história do cemitério fica encoberta por uma nuvem de mistério e dúvidas. Como por exemplo: os corpos ali enterrados representam a totalidade dos combatentes? Há, além dos combatentes, destroços da batalha? É possível averiguar o grau de violência do episódio através da exumação dos ossos? A resposta a essas perguntas poderiam ser dadas através de trabalhos sistemáticos de arqueologia forense no sítio Cemitério do Batalhão.

Entretanto, antes de qualquer intervenção no sítio, é necessário, como reza a Carta de Burra (1999), avaliar os significados e associações que aquele espaço apresenta para a população local, já que o mesmo assumiu um papel importante como patrimônio material.

Este trabalho tem como objetivo analisar e entender alguns questionamentos encontrados após observações no Cemitério do Batalhão, na cidade de Campo Maior. Acredita-se que as covas ali presentes são apenas representações, ou seja, símbolos, deixados com o intuito de homenagear os combatentes, já que não tiveram um enterramento adequado. Procurar entender como a população interpreta este cemitério é sem dúvida uma questão delicada e importante, pois muitos realmente acreditam que cada cova representa um combatente enterrado. A religiosidade, espiritualidade e a ligação existente entre o povo de Campo Maior e o cemitério é outra questão importante. Por fim, entender como a representação e as comemorações do dia 13 de Março, no Monumento da

Batalha do Jenipapo, refletem e interagem juntamente com a população neste evento histórico dentro de uma “tradição inventada”, como argumenta Hobsbawm (1998), são etapas necessárias antes da realização de qualquer intervenção naquele espaço.

A BATALHA DO JENIPAPO

A emancipação da América portuguesa em fase lisboense é uma elaboração política em cujo núcleo decisor opera a diversidade dos elementos contextuais emergentes na transição do Setecentos para o Oitocentos. Transição do século XVIII, dito “das luzes”, ao século XIX, dito “da primavera dos povos” (FONSECA NETO, 2010, p. 27).

O período em que a família real esteve no Brasil foi considerado o início do crescimento de revoltas, guerras e batalhas. Devido a alguns fatores tais como, a abertura dos portos às nações amigas que possibilitou o Brasil realizar transações comerciais com outras nações. A Inglaterra possuía alguns privilégios sobre a negociação dos produtos do Brasil, que eram vendidos a Portugal e a outras nações, o que entravava o comércio.

Portugal foi invadido por três vezes pelas tropas napoleônicas. Após Napoleão saquear grande parte da riqueza de Portugal, invadir casas, destruir patrimônio do país, matar várias pessoas, a população revoltou-se, lutando e vencendo os franceses. Os portugueses então obrigaram Napoleão a retirar suas tropas de suas terras. Após a saída das tropas francesas, os portugueses exigiram o retorno de D. João VI juntamente com a Família Real para Lisboa, e assim a corte e D. João VI voltaram para Portugal no dia 25 de Março do ano de 1821 deixando seu filho, o Príncipe Regente D. Pedro I, no Brasil (CHAVES, 2006, p. 17). Os portugueses queriam que o príncipe regente também retornasse a Portugal e o Brasil continuasse sob o status de colônia, sustentando assim os seus privilégios, os quais eles haviam perdido com a invasão dos franceses.

D. Pedro I, pressionado pelos colonos brasileiros, proclamou a Independência do Brasil em 7 de Setembro de 1822, pois a colônia já havia experimentado o poder de tomar suas próprias decisões e não estava disposta a continuar com o status de colônia sendo explorada por Portugal. D. João VI percebeu que a “sede” do povo de ser liberto tornara-se insustentável e teve que aceitar a independência do Brasil, mesmo contra sua vontade. Porém, ainda havia muito a ser feito para que o país fosse completamente liberto.

Segundo Nunes (2007, p.70), a notícia sobre a independência do Brasil já havia espalhando-se por toda parte, os portugueses só não esperavam que o “[...] brado iria

repercutir de maneira sangrenta no Piauí” (CHAVES, 2006, p. 25). A atual região Nordeste que na época era Norte, onde hoje se encontra vários estados dentre eles Maranhão, Ceará e Piauí, interessava a Portugal por ser um lugar onde havia forte crescimento e produtividade de carne bovina, sendo assim, importante que esta continuasse sob os domínios de Portugal, inclusive para não perder um território situado em latitude mais próxima a Portugal. O que não se esperava era que o povo bastante humilde lutasse com tudo o que tinha, não apenas por sua independência, mas pelas causas individuais e coletivas da região, mesmo fadado ao fracasso, o povo de Campo Maior queria mudanças. Assim, ocorreu uma das batalhas mais sangrentas pela independência, não apenas de sua região, mas pondo fim a qualquer pretensão política de domínio de Portugal sobre o Brasil.

Fonseca Neto (2010, p. 9) explica a força e a coragem de pessoas tão simples sem nenhum preparo em guerras: “Lavradores, vaqueiros, cativos de toda cor. Cozinheiras, sem-campo e sem-curral, armas e cunhãs, tangerinos, tocadores, oficineiros, desempregados, vadiadores, bandoleiros.[...]”, todos dando o máximo de si contra os inimigos que estavam à espreita.

D. João VI ao perceber que iria perder a região norte da colônia, nomeou seu afilhado, o Major João José da Cunha Fidié, para sufocar o movimento de independência que estava se formando (FURQUIM, 2011). Fidié, chegando ao Estado do Piauí se preparou para uma possível revolta. Os movimentos foram acontecendo: Paranaíba organizou-se e aderiu à causa da independência. Esse acontecimento foi um passo para ocorrer à batalha do Jenipapo.

Fidié estando em Oeiras e sabendo do acontecido foi com suas tropas marchando para o norte do estado a fim de conter e acabar com o movimento libertário, deixando parte de seu exército. A população de Oeiras proclamou a independência e quando a notícia chegou a Fidié este marchou de volta a Oeiras, porém o povo de Campo Maior já se preparava pra conter as tropas do Major. Os piauienses também tiveram ajuda dos cearenses e maranhenses (NUNES, 2007; SANTANA; SANTOS, 2007).

O Major Fidié e suas tropas finalmente chegaram a Campo Maior, onde estava reunido todo tipo de pessoas a espera das tropas para lutarem pela independência. Segundo Chaves (2005, p. 82): “Foram estes civis armados de facões, de chuços, de ferrões, de machados que, com 500 soldados do Ceará, desviaram o curso da História do Piauí e no Maranhão, com sua temeridade, a sua bravura, o seu desamor pela vida.”. Podemos sim, dizer que no Brasil de fato houve uma grande batalha pouca valorizada e reconhecida nacionalmente¹.

“Num campo de mala rala, onde sobressaem carnaubeiras que viçam, no vale do riacho do Jenipapo, um confronto armado deixa tombados sem vida cerca de três centenas de camponeses” (FONSECA NETO, 2010, p. 19). Eram 9 horas da manhã do dia 13 de março do ano 1823 às margens do Riacho do Jenipapo as tropas de Fidié e a população simples e humilde da região de Campo Maior se enfrentaram em uma batalha exaustiva que duraram 5 horas ininterruptas (NUNES, 2007). O fato memorável era a força e a coragem de um povo sem nenhuma expectativa de vitória conduziria uma guerra em busca não de glória, mas de justiça. “É assim perto de dois mil homens vibrando num entusiasmo ruidoso, expansivos como quem volta de um triunfo, acudiram à chamada em frente à Igreja de Santo Antônio (CHAVES, 2005, p. 87). As tropas de Fidié arrasaram os pobres brasileiros, pois era um combate bastante desigual. Já eram duas da tarde e por não terem mais forças ambas as partes findaram a guerra com perdas lamentáveis principalmente na parte que coube aos combatentes “[...] entre de balaços e tiros de canhões carregados pela boca, no meio dos tombos daqueles que caíam morrendo [...]” (SANTANA; SANTOS, 2007, p. 90).

Fidié era muito organizado, havia parte da tropa que guardava seu mantimento, munição, mas ouvindo o tiroteio foi ao encontro da tropa para lutar “[...] já não combatiam, arrastavam-se para a morte” (CHAVES, 2005, p. 89). Muitos brasileiros morreram nesta batalha, estima-se uma média de setecentos homens, sendo duzentos mortos e feridos. Fidié confessou, tempo depois, sobre 542 homens feitos prisioneiros por suas tropas (SANTANA; SANTOS, 2007).

Fidié (2006, p. 119) confirma sobre esses dados:

[...] e aí pretenderam opor-se às minhas marchas: usando pois dos estratagemas que meu gênio me sugeriu, ataquei, e conseguir bater, e derrotar estas Forças, aprisionando- lhe quinhentos e quarenta e dois homens, e oitenta feridos, que não poderam salvar [...] dividindo os unidos, depois de lhes haver feito prestar novo juramento de fidelidade, arrei-os, continuando a marchar, e a operar com todos, como se todos fossem da minha mais perfeita confiança!!! [...].

Havia a necessidade, logo após a guerra de enterrar dignamente cada combatente, mas muitos foram mantidos em cativeiros, feitos escravos e mortos por Fidié. Neste trecho ele descreve o que fez com algumas das pessoas que aprisionou. E no Cemitério do Batalhão alguns dos combatentes foram enterrados como os “Heróis do Jenipapo” próximo ao local onde ocorreu a batalha e “podem descansar em paz”, como pensa a população local. Ao que consta eles mais a batalha histórica de 13 março de 1823, ocorrida

no Município de Campo Maior, centro-norte da então província do Império” (FONSECA NETA, 2010, p.19).

Será que os números citados pela historiografia, os números citados por Fidié correspondem à realidade? Nesse ponto, a arqueologia forense torna-se um instrumento essencial para a história do Piauí, como para a história do Brasil.

O CEMITÉRIO DO BATALHÃO E O MONUMENTO DO JENIPAPO

Antes de começarmos a falar propriamente do Cemitério do Batalhão vamos entender o motivo de preservar e tombarem cemitérios, além de entender sua importância dentro do contexto social atual. Segundo a historiadora Elisiana Castro (2010) compreender o significado de um cemitério através do que uma cidade preserva como patrimônio é entender a construção de uma identidade não apenas do povo, mas da cidade. Ela cita os cemitérios para dá-los como exemplos, pois ao se analisar estes locais percebe-se a sua importância no sentido histórico, religioso e mesmo artístico. A autora enfatiza a necessidade de tombá-los e preservá-los, pois os mesmos guardam não só a história de uma época ou de um determinado acontecimento, mas trazem consigo a possibilidade de encontrar fatos esquecidos na história, e por esse motivo eles vêm cada vez mais preservados, despertando, também, o interesse dos estudiosos. É exatamente o que o cemitério representa para a sociedade que procuramos entender: o seu valor religioso, histórico e artístico dentro de uma visão representada pela memória da coletividade que podemos perceber sobre a questão das tradições. Qual o significado é exercido naquele local além do contexto histórico ao o cemitério está inserido (CASTRO, 2010).

47



Cemitério do Batalhão (CASTELO BRANCO, 2017).

Em relação ao Cemitério do Batalhão em Campo Maior, apesar das divergências da veracidade do cemitério em relação aos combatentes enterrados, ele tornou-se a prova concreta, para o povo Piauiense, da existência da batalha, no entanto ele tem ficado no esquecimento tanto pra os políticos como para boa parte da população.

Em 1923 ocorreu umas das primeiras manifestações oficiais do governo estadual, que decidiu dar importância mais notável à Batalha do Jenipapo construindo uma coluna de alvenaria no aniversário do centenário do conflito, foi à primeira solidificação dada a este evento. Alguns autores, como Fonseca Neta (2010), criticam a utilidade desta construção, que em sua opinião expressa afirmando que esta coluna cumpriu bem seu objetivo: ficou esquecida no meio de toda aquela mata. Era algo para dar mais valor, notoriedade ao acontecimento histórico, mas ao invés disso caiu no esquecimento novamente.

O Cemitério do Batalhão está localizado à margem do Rio Jenipapo, no município de Campo Maior, no Estado do Piauí. Este sítio arqueológico foi tombado no dia 30 de novembro de 1938, segundo o Processo nº185T, com inscrição nº 232, assim torna-se oficialmente declarado monumento nacional.

No ano de 1974 já completado 151 anos após a batalha, foi construído o Monumento do Batalhão no governo de Alberto Silva. Sua construção teve como objetivo lembrar não apenas a batalha, mas o motivo pelo qual houve a luta: pelo direito à liberdade, pela sociedade que se queria construir, para o Brasil poder tomar suas próprias decisões. Ironicamente, essa construção aconteceu num período bastante conturbado da história social e política de nosso país, a época da ditadura militar, que pregava a repressão aos direitos de todos (FONSECA NETO, 2010).

O monumento encontra-se na BR 343, que dá acesso ao norte do Estado no sentido de quem está a caminho do litoral piauiense. Quem segue nesta rota passa em frente ao Monumento do Batalhão podendo ter a chance de conhecer essa construção, a qual é motivo de orgulho para quem mora na cidade de Campo Maior. Lá pode ser encontrado o museu e o Cemitério do Batalhão.



Monumento do Batalhão (CASTELO BRANCO, 2017).

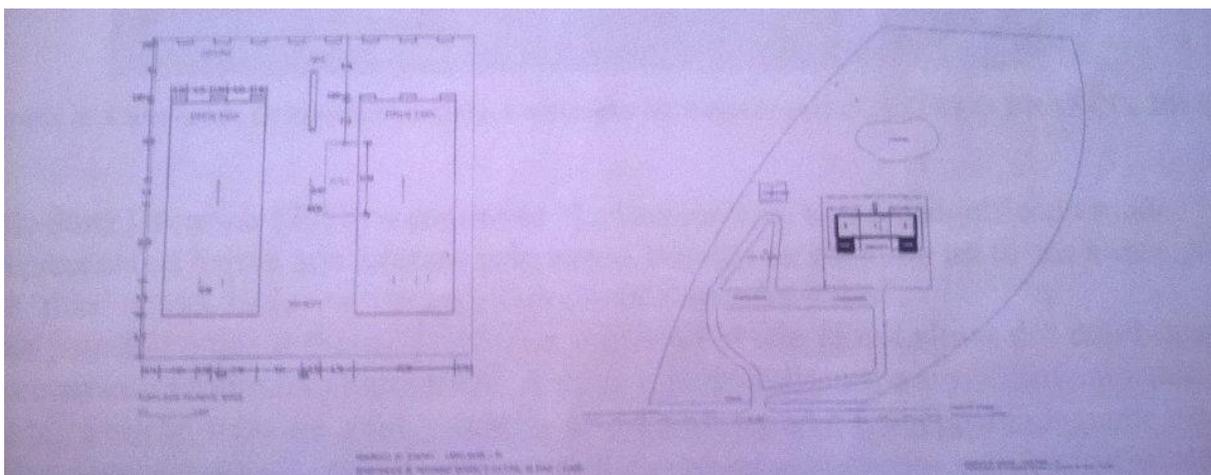
O atual Monumento do Jenipapo possui um grande acervo de objetos antigos que tanto os portugueses quanto os brasileiros usavam na época, herdados pelo antigo Museu do Couro, e preservados no museu dentro do monumento. Algumas das armas dos portugueses como os canhões, podem ser vistos, pois estão presentes bem na entrada.



Canhão posicionado na entrada do Monumento do Batalhão (CASTELO BRANCO, 2017).

Observando a fotografia que corresponde há um dos canhões na entrada do monumento, é presente uma ironia. Os mesmo canhões que foram usados no massacre da batalha são os mesmos expostos ao avistarmos o monumento.

A arquitetura do Monumento do Jenipapo possui um toque de modernidade. Contêm dois espelhos d'água que diminuem a rustidez do monumento, possui uma área ampla e acessível através da escadaria existentes em ambos os lados.



Plantas que representam o local onde está o Monumento do Jenipapo e o Cemitério do Batalhão (<http://crcfundacpiauui>, 2012).

Após a criação do monumento, todo dia 13 de março há uma grande comemoração com visitação de estudantes da própria região e caravanas de outras cidades como Teresina, Piracuruca, Piriipiri. Há nesse evento a participação da população, a presença de políticos como o acontecimento e algumas autoridades do Estado do Piauí. A imprensa cobrindo todo o acontecimento, no qual geralmente ocorre a narrativa da história da batalha em forma de teatro e dança.

Para a população do Estado do Piauí e principalmente, para as pessoas de Campo Maior, o Cemitério do Batalhão representa muito mais do que apenas pessoas enterradas, apesar de haver controvérsias a respeito deste fato, eles são tidos como ídolos, heróis, pessoas mesmo diante do anonimato continuam a serem prestigiados principalmente nas comemorações do dia 13 de março, aonde as pessoas vão a este local rezar pelas almas dos combatentes, acender velas e também para agradecer pela coragem e esforço de todos que dispuseram em favor da causa.

Segundo dona Ducarmo (2013) o cemitério “[...] representa, tem um significado muito grande, ele representa os heróis que lutaram pelo nosso Brasil e eu costumo ter fé nas almas, já fiz promessas “pras” almas, inclusive venho todos os anos acender velas”.

Podemos perceber o quanto essas pessoas se importam e tem fé nas almas dos combatentes pela maneira como este sentimento é expresso. A forte ligação religiosa e simbólica colocada neste lugar é algo a ser levado em conta, quando se tratar de estudar mais profundamente este espaço ou até uma possível escavação. É necessário levar em consideração enquanto arqueólogos a significação da fé da população sobre os combatentes. A manifestação exercida no contexto que cerca o cemitério não apenas nesta data é vista com muita convicção. As crenças que envolvem este lugar retratam boa parte da história vivenciada pelos “Heróis do Jenipapo”, o que pode ou não ser apenas simbologias de uma história passada de gerações a gerações, a qual já possui 190 anos. Segundo Eric Hobsbawm (1984), tanto as pessoas como a própria política, para enaltecer e dar importância a um fato que lhes é importante “inventa” uma tradição.

A INVENÇÃO DE UMA TRADIÇÃO

Hobsbawm (1984) afirma que uma “tradição” pode ser repassada ao público como um fato que vem acontecendo há anos, mas na verdade trata-se apenas de acontecimentos recentes. Sendo assim, ele define a utilidade da “tradição inventada” da seguinte maneira,

51

[...] é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinida. Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo- às vezes coisa de poucos anos apenas- e se estabelecem com enorme rapidez [...].

No que diz respeito à “tradição inventada” o autor coloca algumas possibilidades de sua existência, ou seja, a maneira como elas surgem e são inseridas no nosso cotidiano de forma sutil, tomando grandes proporções na vida da população. É necessário entender seguindo a linha de raciocínio de Hobsbawm, que estamos coletando informações para saber até onde essa maneira de abordar a história se estabeleceu, e não julgar a sua sobrevivência ao longo dos anos.

A maneira como podemos entender o que realmente a “tradição inventada” diz, são suas práticas silenciosas às quais vão encaixando-se dentro da sociedade, no seu cotidiano, sendo assim aceitas pela população. As práticas são caracterizadas como natureza ritualística ou meramente simbólica, tentando sustenta-se através das repetições dando continuidade ao passado, muitas vezes transformando-se em obrigações, de maneira que

nos remetem a ideia de que este comportamento vem ocorrendo desde o início do fato a ser preservado (HOBSBAWM, 1984).

Ao falar em “tradição inventada” talvez venha à mente pessoas os seguintes pensamentos: farsa, mentira, porém não devemos interpretá-la desta maneira. A existência das “tradições inventadas” é devida pela própria necessidade da sociedade como nação, estado, cidade ou comunidades, preservarem sua história, exemplo: almoço em família todos os domingos, outro exemplo muito comum nos interiores são as histórias contadas de que não podemos comer determinadas frutas com leite, pois na visão deles isso poderia nos fazer mal ou trazer doenças ou causar até a morte, apesar de nenhum especialista condenar esta prática. Já citado como exemplo de tradição, o sinal da cruz que até hoje podemos observar nas pessoas idosas, jovens e até crianças fazendo em frente às igrejas católicas perdura até hoje, mesmo no mundo atual com a demanda da tecnologia tentando de certa maneira invadir nossas crenças.

Encaixando-o ao contexto do Cemitério do Batalhão podemos afirmar que neste local foi observada uma “tradição inventada” no que diz respeito ao enterramento das pessoas que lutaram na batalha e no conceito da ideia da realização de todos os anos no dia 13 de março acontecer às comemorações referentes à batalha. Segundo a população nascida e criada em Campo Maior muitas acreditam fielmente que nas covas ali existentes estão enterrados não apenas o corpo de um combatente, mas mais de um, dois, cinco até oito pessoas na mesma cova.

52

[...] já ta cinquenta anos que a gente que vem todo tempo [...] agora só precisa das autoridades tomar de conta que aqui é muito fraco, precisa das autoridades tomarem mais um de responsabilidade “pra” reparar mais “pra” “cá” que precisa de muita coisa. Se eu acredito que eles estejam enterrados ai? Acredito que tenha quatro, cinco só numa [...] eu tenho 62 anos né, e eu já ouvir falar que quando terminou a guerra, abriram os buracos, “botavam” cinco só pra poder caber [...] pode né ser um não, tem de quatro a cinco, dez, oito num tem conta não, depende do tamanho do buraco “coubesse” (Dona Maria Nascimento do Cariri, 2013).

Durante a entrevista esta senhora enfatiza a necessidade de um olhar mais expressivo das autoridades e de não saber ao certo a quantidade de pessoas ali enterradas, além do fato da mesma não acreditar na simbolização do cemitério.

[...] é esse cemitério ai é aquela coisa sendo visitada toda época assim esse ano né muitas pessoas visitam [...] essa comemoração que tem aqui todos os anos né, mas eu acho que era pra ser mais um pouquinho civilizada né, por que ai não tem só uma pessoa morta tem várias né, mas o pessoal que é assim, assim seja [...] é aquela coisa, as vezes a gente pensa uma

coisa e outra é diferente, assim como pode ter um, pode ter mais de um [...] é por que foram muitos milhares [...] (Dona Marlene, 2013).

[...] todas as covas correspondem. Há uma pessoa enterrada? Há uma pessoa enterrada ou mais de uma. É boa pergunta, eu acho que corresponde a mais de uma, acredito que seja, porque foram várias, acredito que seja mais de uma pessoa, onde tem pedra [...] acredito até onde não tenha [...] (Dona Maria Ducarmo, 2013).

Já neste caso é observada a incerteza não apenas sobre a simbolização das covas, mas também ao espaço onde não há covas que podem ter pessoas enterradas.

[...] As covas a senhora acredita que representa uma pessoa enterrada? Pois é, eu tava aqui me perguntando isso né, por que são pedras e eu só penso que é do pessoal que tava na guerra, pois é tem uma cova ali bem feitinha, aquela ali (apontando). Eu acho que sim aqui que se deu a finalização do evento e eu acredito, se não for é uma boa representação (Francisca, 2013).

[...] eu acho que sim, a gente aqui da cidade temos essa impressão desde de criança né, a nossa impressão são que ou que seja ou não é que eles estão realmente enterrados, em cada cova há uma pessoa. Se a história conta outra coisa, eu não sei, mas pelo menos é minha opinião, é o que eu acredito (Francisco Flávio, 2013).

No depoimento de algumas pessoas que nasceram e foram criadas em Campo Maior, e até de quem mora em outros locais é claramente observado o quanto elas acreditam que realmente o cemitério não é simbólico. A falta de informação desde a época da batalha traz essas dúvidas, pois houve essa mística, exatamente para atrair a curiosidade das pessoas por muito tempo ficou no esquecimento, devido a acordos políticos para que a história sobre a “independência” dada por D. Pedro I não fosse ofuscada.

Então, a nossa história foi contada toda desmantelada [...] na verdade, essa história da Batalha do Jenipapo ela foi apagada por cento [180] anos. Só no governo do Lula e do Wellington Dias que essa história está sendo bem divulgada e está sendo esclarecida. Hoje, o Brasil inteiro sabe que a Independência no Brasil foi em Campo Maior que aconteceu. Trinta [30] anos atrás, ninguém podia falar nesses termos porque se falasse era ameaçado de cadeia por causa do bendito acordo que foi feito na época. Eu luto com essa história desde mil novecentos e setenta [1970], perguntando a A e Bê [B], como foi e como não foi. Em mil novecentos e setenta [1970] eu conversava com gente que tinha cento e cinco [105] anos de idade, lúcido, contando direitinho, essa pessoa nasceu me disse, essa história é verdadeira, mas ninguém podia expor ela para uma pessoa que era metido a rico, porque ele imediatamente ameaçava a gente. O nosso rei foi Dom Pedro, que foi quem gritou a Independência no dia sete de setembro de mil oitocentos e vinte e dois [1822], ninguém podia contestar contra ele, porque ele deu o grito de Independência no dia sete de setembro de mil oitocentos e vinte e dois. Mas aquele sangrenta,

houve ganhador, houve um perdedor, as duas partes. Então, aqui, sim, foi feita justiça (Antônio Miranda, apud CAVALCANTE, 2011: 236).

É evidente que esse acordo foi criado para desmerecer o povo brasileiro, passando a imagem de independência pacífica que apesar de toda a exploração, os portugueses foram “bonzinhos”, com isso muito da história sobre a batalha foi perdida, como documentos. E essa falta de reconhecimento reflete no que temos hoje: um cemitério onde para muitos há os restos mortais dos combatentes, além da crença de que tais almas possam fazer milagres, mas onde não há um levantamento real, onde não houve um trabalho científico de fôlego, para entender a dimensão e violência da batalha.

Já esta enraizada na população do Piauí e principalmente de Campo Maior, herdadas desde a infância a ideia de que o cemitério é autêntico, e que todo treze de março acontecem homenagens e comemorações neste dia. A arqueologia forense tem um papel importante para a análise desses questionamentos, com ela podemos ter a dimensão do que foi a batalha, que de fato participou dela, por exemplo: quantos mestiços, negros, brancos e portugueses que por terem nascido no Brasil lutaram ao lado dos brasileiros. E se apesar da expulsão dos indígenas do território piauiense havia alguns lutando, pela causa.

A função da arqueologia forense neste contexto é descobrir a existência de todo tipo de pessoas, jovens, homens, mulheres, ou seja, quem de fato participou da batalha se era qualquer um que poderia ir, a faixa etária dos combatentes, todos esses questionamentos seria respondido pela arqueologia forense, onde esta se especializa em fatos decorrentes de grandes batalhas, guerras, entre outros.

De acordo com Hobsbawm, podemos perceber que a “tradição” de ir todo 13 de março visitar o monumento e o cemitério, acender velas pelas “almas dos combatentes” e a visita da população neste mesmo dia prestando homenagem, encaixara-se na “tradição” de algo que não ocorreu há tanto tempo, mas que espalhou-se com grande rapidez. A maneira como a mídia explora e a população conta a história contribui para que a tradição vá passando a cada geração. Mas as dúvidas permanecem: há realmente a totalidade dos combatentes ali enterrados? As covas representam esses enterramentos ou é algo meramente simbólico? Ou ainda foi uma ideia criada pra prolongar a história, incitando a curiosidade das pessoas?

O MONUMENTO E A FÉ

Ao visitarmos este sítio arqueológico temos a oportunidade de conhecer o museu o qual comporta várias peças de armamentos, vestimentas e utensílios rústicos da época. Após a visita é dado um livro de assinaturas registrarem que estiveram naquele local.

O atual administrador o senhor Francisco Raimundo mais conhecido por seu “Frota” no qual é responsável pela manutenção do museu e do cemitério, estando em serviço neste local há dois anos. Como há dúvida se em cada cova ali existente no Cemitério do Batalhão e se há ou não pessoas enterradas ou se há pessoas enterradas sem ser necessariamente no local das covas e o que o cruzeiro que se localizava no meio do cemitério representava frequentemente, seu Frota esclarece o seguinte,

o cemitério é simbólico, as cruzes são apenas para representar cada combatente, por que morreu centenas de pessoas. Então não há ninguém enterrado nessas covas. Mas no cemitério tem os corpos dos combatentes que foram enterrados em uma cova coletiva todos juntos, sem nomes sem nada. E o cruzeiro foi feito pra representar o local onde eles foram enterrados, o cruzeiro está em cima da cova onde todos estão enterrados os combatentes da batalha.

Segundo o senhor Frota há pessoas enterradas apenas onde o cruzeiro foi colocado, por esse motivo ele foi feito, com o intuito de localização. Mas a maioria das pessoas acredita que eles estão nas covas. Então começa uma série de más interpretações não só por partes destes, mas da população que como forma de enaltecer ainda mais esta batalha contam historias como sendo milhares e milhares de pessoas que morreram nesta batalha, que a história da batalha é conhecida não apenas nacionalmente, mas mundialmente.

55

aqui em Campo Maior que houve isso é conhecido por todo lugar, mundialmente conhecido. Todo ano venho aqui de pé, eu e minha esposa (ao lado). Sim cada cova dessa aqui tem, ai o pessoal diz também que fora do cercado há várias pessoas enterradas a mais, porque num deu pra “coisa” tudo [...] o pessoal diz que pode ter mais pessoas aqui enterradas mais que não dava pra localizar né todo mundo (Francisco, S., 2013).

[...] acredito que sim né, tantos os soldados portugueses como os nossos “heróis” daqui da nossa região (Francisco, p., 2013).

O evento do dia 13 de março tornou-se uma tradição bastante recente, no qual onde eles vão prestar suas homenagens, levam seus alunos para entenderem mais sobre nossa independência, pois muitos nunca ouviram nem falar.

É um dia muito importante “pras pessoas que moram em Campo Maior, de todo lugar de Teresina, as colas gostam de trazer alunos. A morte daqueles pessoas que lutaram “pra” ter sua independência, [...] todos enterrados estão aqui? Não, cada não, mas ela falou (a professora) que

aqui tem enterrado algumas pessoas por que nem todos morreram aqui, morreram em vários lugares (Carla Daniela, 2013).

[...] é bem a quarta vez que eu venho aqui sempre acompanhadas com os alunos da nossa escola. Representa muito [...] é a nossa independência do Brasil e do Piauí [...] são os combatentes que lutaram, os bravos que através deles nós somos independentes [...] foi eles que conseguiram sua independência [...] sim, cada cova representa não só os pobres, os roceiros, mas também tem os grandes ai também que foram mortos no dia seguinte do combate [...] pode ser que alguns não estejam, mais ai está representado cada um que estava no combate (Antônia Moreira de Sousa, Pedagoga, 2013).

[...] todos os anos nós trazemos um grupo de alunos da nossa escola de Piripiri. O cemitério representa os heróis que lutaram pela independência do nosso Estado. Eu creio que seja só uma simbolização. Não, não acredito que nessa região onde está localizado as pedras representam as covas deles, acredito que não, é uma simbolização (Janaína, Professora de Geografia, Piripiri).

Este dia, entretanto, também para muitos sugere um momento de reflexão, religiosidade e fé.

[...] representa um momento de reflexão por que é nós podemos estar próximos das pessoas que participaram da nossa independência. Eu creio sim, creio que ainda tenho restos mortais deles viu, pode ser que alguns sejam só representação, mas alguns tem ainda restos mortais, resquissos, por que já faz muito tempo (Cláudio, Professor de Educação Física, 2013).

[...] o cemitério pra mim me deu um sentimento de vitória [...] acredito que os corpos não estejam aqui é mais representativo, mas eu me reportei ao tempo e vi e me coloquei na situação deles e para mim são todos heróis [...] eu tenho a impressão que existe alguns túmulos ai [...] que deve ser de alguém [...] mais a maioria eu penso que não, por que na época para mim muitos foram recolhidos, não devem ter ficado [...] alguns permaneceram [...] mas não creio que todos os túmulos estejam ocupados por eles não (Pedro Aurélio, Professor de Matemática, 2013).



Cruzeiro localizado dentro do “Cemitério do Batalhão”: localizando o possível lugar onde foram enterrados os combatentes do Jenipapo (CASTELO BRANCO, 2017).

Neste cruzeiro, várias pessoas vêm prestar suas homenagens, muitos nem ao menos sabem porque este cruzeiro foi criado, mas mesmo assim a população vai a este local não apenas no dia 13 de março, onde ocorrem as maiores manifestações de agradecimento pelo que foi realizado, acendem velas, rezam pelas “almas do batalhão”. As pessoas chegam a fazer promessas, eles realmente acreditam na fé das almas e pagam suas promessas e sempre que podem retornam para rezar.

Acreditar que as almas dessas pessoas que morreram, e por a morte dessas pessoas a gente tende a acreditar que aquela alma pode salvar alguma coisa né? E a gente pode se pegar com ela. Pedi e alcancei uma graça pela uma perda do trabalho do meu marido que trabalhava no Estado, e eu me apeguei com as almas do batalhão: se ele fosse devolvido o trabalho dele, de volta, eu ia com ele no batalhão, de pé, e rezaria um terço e acendia um maço de vela para as almas do batalhão!. Como eu alcancei essa graça, eu paguei a promessa (Dona Nazaré, Campo Maior, in Cavalcante, 2004: 7, apud Moraes; Cavalcante, 2011: 238).

(...) A religiosidade em torno da batalha ela é grande o povo de Campo Maior e região tem uma mística muito grande de que aquilo dali é uma coisa sagrada. Eles fazem promessas, eles vão pagar. Qual é a maioria das

promessas? Eu ouvia muito bem a minha mãe: “- olha, fulano de tal fez um promessa para as almas do jenipapo”. E qual é a promessa? Ir a pé e acender velas e voltar e ir para a missa. Então, essas são as promessas mais comuns: ir a pé, ir a uma certa distância. (...) É ir a pé até o monumento, até o cemitério. Então, a história da batalha do jenipapo ela não é muito contada diferente não. Acho que a maioria das pessoas fazem a contagem dela como ela realmente aconteceu ou suponha que tenha acontecido daquela forma. (...) (Francisco de Paulo da Silva, diretor – Universidade Estadual do Piauí, Campus Heróis do Jenipapo, Campo Maior, apud Moraes; Cavalcante, 2011: 239).

É comum nesta época do ano algumas pessoas e senhoras acendendo velas próximo ao cruzeiro para as “almas dos heróis”, para essas pessoas o motivo pelo qual elas fazem esse ritual é uma forma de gratidão, fazem suas promessas e as pagam também. Tornou-se uma importante tradição em Campo Maior, misturando, assim, fatos históricos com elementos religiosos que merecem ser estudados com mais profundidade para se entender as associações realizadas com o monumento, a fim de preservá-lo respeitando o valor dado pela população.

[...] já fiz promessas “pras”, inclusive venho todos os anos acender velas [...], “pros” heróis, por que eles lutaram com poucas armas, eu conheço a história, e é inclusive eu acho que... assim pelo que conheço a luta deles foi mais pelo açude grande [...] então é isso as almas representam milagre, a gente tem fé, tenho fé nas almas do batalhão [...] e agradecer, uma data especial, a gente vem prestar homenagem por eles terem lutado pela gente [...] o cemitério é uma terra santa pra mim [...] sim, todos por que aqui foi enterrado só os que lutaram para defender o nosso Brasil, os piauienses é que eu não sei se tem o ouro lado portugueses eu não sei se tem eu acho que só é os heróis mesmo que lutaram com poucas armas que eles tinham, eu acho que só eles, só aqui [...] há uma pessoa enterrada ou mais de uma. É boa pergunta eu acho que corresponde a mais de uma, acredito que seja por que foram várias, acredito que são mais de uma pessoa, onde tem pedra acho que acredito até onde não tenha pode ter” (Dona Maria Ducarmo, 2013).

Podemos perceber claramente como tem que ser realizado um trabalho arqueológico de reconstrução da história, não para ignorar a anterior e sim para somar. Porém, não esquecendo o quanto este cemitério representa para essas pessoas, pois elas acreditam muito no poder das “almas dos heróis” neste local existe um poder religioso muito forte que não pode ser ignorado

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Arqueologia é a ciência que estuda o homem desde o seu surgimento até os dias atuais observando seu contexto social, ou seja, onde ele está inserido dentro de um

determinado grupo, suas funções e estilo de vida. Através dos restos materiais deixados por essas sociedades passadas, é possível o estudo da cultura material vividas por eles (NAJJAR, 2005).

A Pré-história e a Histórica são as duas vertentes em que a Arqueologia estuda para tentar solucionar os questionamentos ocorridos pelo tempo. Sabe-se que esta ciência além de bastante dinâmica, é bem interdisciplinar passando por várias áreas do conhecimento, como por exemplo, Geologia, Antropologia, Anatomia, Química, entre outras. Nela recentemente inseriu-se a Arqueologia Forense, gerada pela necessidade que a Arqueologia representa para as sociedades atuais.

Arqueologia Forense é um ramo da Arqueologia tradicional que surgiu na década de 70 nos Estados Unidos, depois se expandiu pela Europa principalmente em Londres onde é referência, chegando ao Brasil na década de 90. A Arqueologia Forense interage relacionamento na prática a teoria da metodologia arqueológica usada em escavações para tentar identificar, analisar e recuperar ossadas provenientes de conflitos criminais, crimes políticos, desastres ou conflitos gerados por grandes batalhas (SANTOS, 2011).

Segundo Arqueologia Forense (CNPQ, 2012), seu objetivo consiste em,

[...] estudar o potencial de análise e interpretação dos sepultamentos humanos, em contexto arqueológicos pré-históricos e históricos, resultantes de inumações tradicionais ou criminosas, de forma interdisciplinar, no âmbito das ciências forenses. Estudar o fenômeno da morte e da violência humana no presente e no passado, voltando-se a identificação humana e causas da morte. Trabalhar com pesquisas básica e aplicada”.

Esta ramificação da Arqueologia seria imprescindível para tentar recuperar as ossadas que possam estar enterradas no Cemitério do Batalhão. É necessário um trabalho arqueológico de prospecção no Cemitério do Batalhão para saber realmente onde eles estão enterrados e com a ajuda da Arqueologia Forense identificar estes corpos. Mas devemos como cientistas e principalmente como arqueólogos que o nosso trabalho não esteja apenas ligado a uma escavação, achar o que nos interessa e estudá-los.

Não podemos esquecer que este cemitério é algo sagrado e motivo de orgulho para quem vive principalmente na região de Campo Maior, então apenas chegar, escavar e ir embora seria tratar com falta de respeito não apenas aos mortos, mas a fé a religiosidade que estas pessoas possuem. Pois elas acreditam fielmente na existência das “almas dos heróis do jenipapo”.

Após a análise deste sítio e havendo vestígios dos combatentes e explicando a necessidade de um estudo aprofundado no local, fazendo com que a população possa

também interagir ajudando de alguma maneira e explicando a eles que isso só trará benefícios e reconhecimento nacionalmente.

REFERÊNCIAS

ARQUEOLOGIA BIBLIOGRAFICAS : Disponível em:<<http://dgp.cnpq.br>>. Acesso em 20 abr. 2018.

CASTRO, E. T. *Cemitérios, nosso patrimônio nacional: a ação do IPHAN com relação ao patrimônio funerário brasileiro*, 2010.

CHAVES, J. M. *O Piauí lutas e independência do Brasil*. 3. Ed. Teresina: Fundapi, 2006.

FIDIÉ, J.J.C. *Vária Fortuna de um soldado português*. 3ed. Teresina: Fundapi, 1942.

FURQUIM, G. F. *Batalha do Jenipapo: memórias da guerra de independência do Piauí*. Brasília, 2011.

HOBBSAWN, E. *Sobre história e ensaios*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

HOBBSAWN, E; RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IPHAN. *Bens móveis e imóveis inscritos no Livro do Tombo do Instituto Histórico e Artístico Nacional*: [Org. Francisca Helena Barbosa Lima; Mônica Muniz Melhem; Zulmira Canário Pope]. 5 ed. Rio de Janeiro, 2009.

LE GOFF, J. *Historia e memória*. 3ed. São Paulo: Unicamp, 1994.

NAJJAR, R. *Arqueologia Histórica: manual*. Brasília: Iphan, 2005.

NETO, A. F. S. *Jenipapo: Riacho irrigado com sangue de esperança*. Teresina, 2010.

NEVES, A. *A Guerra de Fidié*. 4ed. Teresina. Fundapi, 2006.

NUNES, O. *Pesquisas para a História do Piauí*. Teresina. Fundapi, 2007.

SANTANA, M. R. N.; SANTOS, Cineias (Org.). *O Piauí: e a unidade nacional*. Teresina: Fundapi, 2007.

SANTOS, A. B. “Estudos Arqueológicos a serviço de contextos criminais: arqueologia forense. Revista de Criminologia e Ciências Penitenciárias. São Paulo vol 2, 2012.